

# A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: INTERFACES COM A VIOLÊNCIA E A DIMENSÃO ÉTNICO- RACIAL

Isadora Aparecida Ferreira da Silva <sup>1</sup>, Jeane Angélica da Luz de Padua  
Pereira<sup>2</sup>, Jhony Oliveira Zigato<sup>3</sup>

## Resumo

A educação na sociabilidade do capital contribui para o reforço da ideologia dominante, mas também propicia processos estimuladores da consciência crítica para refletir e agir em uma sociedade marcada pela desigualdade. A violência nas escolas e a dimensão étnico-racial, enquanto expressões da questão social, precisam ser enfrentadas a partir de uma perspectiva diferenciada, sem reproduzir o viés moralizador, marcante na fase inicial do Serviço Social. Este artigo pretende refletir acerca da intervenção profissional da(o) Assistente Social na Educação, problematizando a questão da violência nas escolas pelo recorte étnico-racial, compreendendo-a como uma das refrações da questão social com a qual o assistente social esbarra em sua inserção nas instituições educacionais. A estratégia metodológica do presente trabalho consiste de revisão bibliográfica, documental de alguns artigos e de campo, cujo conteúdo aborda os temas principais deste trabalho. A partir do relato de um caso ocorrido no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora elencamos alguns elementos que ilustram esse trabalho. É visto que a perspectiva educadora defendida pela categoria profissional ultrapassa o caráter de uma formação técnica, ou seja, funcional ao modo de produção vigente. Tal perspectiva se imbrica com uma educação que contribua para refletir a realidade de forma crítica e utilizar mecanismos/estratégias para a transformação da mesma, entendendo a importância das políticas sociais e

para, além disso, ter como horizonte a emancipação humana dos sujeitos. Intervir profissionalmente no campo educacional requer considerar os sujeitos sociais nas relações sociais dos quais dispõem tais como a família, a

---

<sup>1</sup>SILVA, Isadora Aparecida Ferreira da. Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2015. <sup>2</sup>PEREIRA, Jeane Angélica da Luz de Pádua. Acadêmica do Curso de Serviço Social da Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2015. <sup>3</sup>ZIGATO, Jhony Oliveira. Professor Substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz Fora. Mestre em Serviço Social/ UFJF. Orientador. Juiz de Fora, MG, 2015.

comunidade, dentre outros, superando o viés individualista e moralizador que vigorou no início e consolidação da profissão. A apreensão obtida no decorrer do estudo apontou que a percepção do fenômeno das violências nas escolas resulta das histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores que convivem no ambiente escolar e das relações que estabelecem entre si. Dessa forma, no contexto escolar, faz-se necessário refletir sobre os processos de criminalização da pobreza e estigmatização no que tange ao direito do aluno negro e pobre à educação. Assim, o debate acerca da intervenção profissional do Serviço Social que atua na perspectiva de defesa de direitos e combate à criminalização da pobreza é fundamental, baseado na compreensão de que a escola consiste em um espaço de desenvolvimento da cidadania e de relações mais igualitárias.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Educação, Violência e Dimensão Étnico-Racial

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo tecer uma reflexão acerca da intervenção profissional da (o) Assistente Social na Educação, problematizando a questão da violência nas escolas pelo recorte étnico-racial.

A perspectiva educadora defendida pela categoria profissional ultrapassa o caráter de uma formação técnica, ou seja, funcional ao modo de produção vigente. Tal perspectiva se imbrica com uma educação que contribua para refletir a realidade de forma crítica e utilizar mecanismos/estratégias para a transformação da mesma.

Intervir profissionalmente no campo educacional requer considerar os sujeitos sociais nas relações sociais dos quais dispõem tais como a família, a comunidade, dentre outros, superando o viés individualista e moralizador que vigorou no início e consolidação da profissão.

Por fim, é relatado um caso ocorrido no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora que trazem elementos que o trabalho sinaliza. Destaca-se que duas dos autores estão inseridas neste espaço institucional educacional como estagiárias do curso de Serviço Social.

## **Metodologia**

A metodologia escolhida consiste em revisão bibliográfica e documental de artigos utilizados na supervisão acadêmica entre o ano de 2014 e 2015, cujo conteúdo aborda o tema e observação de campo no Colégio de Aplicação João XIII de Janeiro a Outubro de 2015.

## **Desenvolvimento**

### **1. A Política de Educação e o Serviço Social: a educação na sociedade do capital**

A educação consiste em uma dimensão da vida social e possui uma função social importante nas formas de reprodução do ser social. Dessa maneira, a educação assume o caráter de assegurar “a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante.” (CFESS, 2012).

A função social da educação é marcada pelas contradições e pelo embate de projetos societários que se trava nos cenários das diferentes conjunturas. Mészáros (2002) aponta que uma das funções da educação formal é produzir conformidade e/ou consenso. Isso quer dizer que para a manutenção do sistema vigente é preciso que ela seja reproduzida através de mediações alienantes.

Não é interesse para o Estado e setores privados contribuírem para o fortalecimento de uma educação que tenha seus princípios na autoconsciência dos indivíduos, pois seria visto como uma “ameaça” aos seus interesses individualistas, dessa forma a contra hegemonia que visa à construção de uma nova cultura é secundarizada.

Diante do contexto de adensamento dos conflitos entre as classes no início do século XX, o Estado passa a se posicionar para atender, de forma minimalista, as demandas das classes populares, juntamente a segmentos da burguesia e com o apoio da Igreja Católica.

Dessa forma, o Estado inicia a criação de creches e pré-escolas, com o intuito de responder as reivindicações da classe trabalhadora, simultaneamente com o de exercer um controle ideológico e cultural sobre esse grupo. A compreensão da classe dominante acerca da demanda por creches e pré-escolas possuía uma perspectiva moralizadora, individualizando os casos de mulheres que precisavam se inserir no mercado de trabalho. Essas mães operárias estariam deixando de cumprir seu papel social na formação dos filhos, fadando-os a serem problemáticos futuramente. Essa perspectiva ignorava o real fato do capital exigir a participação cada vez maior das mulheres no processo de trabalho, sempre com o objetivo de intensificar a acumulação.

Portanto, de acordo com Büll (2011) as respostas das demandas das classes populares pelos grupos dominantes tinham o caráter paternalista e de tutela, já enraizados e legitimados na cultura do Brasil. A intenção de contenção da classe trabalhadora revela a histórica herança do autoritarismo no país.

Com o advento da promulgação da Carta Constitucional de 1988, o quadro no Brasil começa a ganhar algumas mudanças, visto que muitas reivindicações populares foram contempladas no texto constitucional. Isso se deve às conquistas da classe trabalhadora, que se engajava e se organizava na luta por direitos.

No artigo 6º, a educação é considerada como um direito social, e aparece juntamente a saúde, trabalho, alimentação, segurança, lazer, moradia, entre outros. No artigo 205 consta que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa o pleno desenvolvimento dos sujeitos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A

Constituição de 88 significou um verdadeiro avanço no que tange a afirmação dos direitos sociais no cenário brasileiro.

Na educação, a garantia da universalidade, com iguais condições de acesso e permanência, a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para todos, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, o atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, os programas suplementares de atendimento ao aluno por meio de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde, a garantia dos padrões de qualidade e gestão democrática das escolas tiveram um papel fundamental na organização do atual modelo de ensino do país.” crianças e jovens na educação escolarizada. (BÜLL,2011, p. 72)

No entanto, ao falarmos do sistema de produção capitalista é necessário lembrar-se de determinados elementos que lhes são inerentes, como as crises. As crises cíclicas do capital são inevitáveis, daí sua necessidade de reinventar novas formas de reerguer-se e ganhar forças para intensificar a acumulação e produzir o consenso, influenciando todos os segmentos da sociedade. As mudanças significativas no processo de trabalho que se iniciaram na Europa, Estados Unidos e Japão no final da década de 1960, vão chegar ao Brasil durante os anos 1980 e em especial 1990, com a acumulação flexível e o ideário neoliberal.

A nova lógica de mercado marcou a década com transformações não somente em aspectos econômicos, mas também políticos e sociais. Iniciou-se uma onda de privatizações no país. Os rebatimentos da transferência da responsabilidade das demandas sociais do Estado para a sociedade civil manifestavam-se em forma do surgimento de diversas organizações não-governamentais que se propunham a cumprir um tipo de compromisso para com os excluídos da sociedade. As políticas públicas cada vez mais, sofriam os

bruscos impactos da falta de investimento no social em detrimento da economia, resultando no crescente sucateamento dos serviços destinados as camadas populares, ameaçando as conquistas da classe.

Desse modo, a política de Educação é perpassada pelos interesses burgueses. De acordo com Silva (1997), nesse cenário a educação tem duas dimensões. A primeira é a concepção de que a educação institucionalizada deve preparar o local de trabalho, ou seja, que as escolas devem preparar os alunos para a competitividade do mercado, em níveis nacional e internacional. A segunda dimensão refere-se ao fato da escola ser um veículo de transmissão das ideias neoliberais de livre mercado. Os alunos não só devem ser preparados para o local de trabalho, mas também aceitar os ideais da lógica dominante. A educação passa a ser mercadoria, aumentando a rede privada de ensino, e diminuindo cada vez mais a preocupação com investimentos na qualidade da educação das escolas públicas, provocando um processo de estigmatização e precarização.

Hoje, a política educacional no Brasil se estrutura em processos de ampliação das formas de acesso e permanência em diversos níveis e modalidades como a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação superior, educação especial e educação profissional e tecnológica. Segundo CFESS (2012), a trajetória histórica da política de educação no Brasil revela como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam incluir na educação escolarizada um largo contingente da classe trabalhadora.

## **2. O Serviço Social na área da Educação**

A inserção do profissional de Serviço Social na interface com a Política de Educação não é recente. Pois é no aprofundamento do capitalismo no Brasil, que a demanda deste profissional se faz presente e necessária no âmbito da sociabilidade burguesa para o acirramento da luta de classes.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho é demandado pelo Estado e empresariado para responder aos seus próprios interesses e “amenizar” os confrontos existentes na relação contraditória entre capital e trabalho.

Assim Iamamoto (2007) considera:

[...] a prática profissional como resultante da história e, ao mesmo tempo, como produto teórico-prático dos agentes que a ela se dedicam. Já que, nos diversos momentos conjunturais, a correlação de forças entre classes e grupos sociais estabelece os limites e as possibilidades em que pode se mover o profissional, as respostas da categoria não são reflexas e unívocas. São mediatizadas pelas características incorporadas pela profissão em sua trajetória histórica, que vão atribuindo um perfil peculiar a essa profissão no mercado de trabalho. Tais respostas estão ainda condicionadas pela capacidade de análise da realidade e pelo posicionamento político dos Assistentes Sociais, como cidadãos e profissionais, diante da luta pela hegemonia entre as classes sociais que se perfila em cada conjuntura. (IAMAMOTO, 2007, p. 103)

Em relação ao trabalho do assistente social nas escolas, inicialmente essa inserção se dava com o intuito de ajustar o aluno e sua família, num processo de controle dos indivíduos sociais e sobre a família proletária e processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante as décadas de 1930 a 1950, no ciclo de expansão capitalista.

Destacamos ainda, que no período de 1960 a 1980, dentro do contexto da Era Militar e de crise do capital no âmbito internacional, o Serviço Social, através de sua perspectiva modernizadora, sente a ampliação de suas ações no âmbito escolar, com a redução do analfabetismo e integração do educando a lógica do desenvolvimento.

Com o processo redemocratização do país, culminando com a construção da esfera pública em vista da garantia por direitos sociais, as grandes lutas sociais levam a classe trabalhadora a confrontar-se com o Estado.

Destaca-se que nos anos 1980/1990 o Serviço Social na Educação ganha maior visibilidade a partir da construção e consolidação do Projeto Ético-Político. Tal projeto, materializado pelos Códigos de Ética Profissionais de 1986 e 1993, respectivamente, e pela Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão, rompe com a perspectiva moralizadora e individualista na reflexão acerca das expressões da questão social que rebatem no campo da educação.

É inegável que a educação tem ocupado um lugar de destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista, sobretudo, se tomarmos as rápidas transformações tecnológicas e científicas ocorridas durante o século passado. Contudo, de forma alguma, podemos reduzir sua importância ao particular peso que teve no desenvolvimento das forças produtivas.

A escola enquanto equipamento social vem sendo desafiada cotidianamente com a realidade social do aluno e da comunidade que a cerca. Neste sentido, é essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade desses sujeitos sociais podendo atuar em conjunto com a família, para encurtar esse relacionamento. Portanto, faz-se necessário a inserção de outros profissionais na escola que não o professor, como o assistente social, pois:

A inserção dos assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais representa: uma necessidade sócia institucional cada vez mais reconhecida no âmbito do poder legislativo de diferentes estados e municípios. A presença dos assistentes sociais, sobretudo nas escolas, contribui com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada. (ALMEIDA, 2005, p.35)

Por este motivo, que a escola, enquanto um dos principais equipamentos sociais se faz necessário à inserção de um profissional de Serviço Social, sendo no âmbito educacional, portanto, um desafio que visa à construção de uma intervenção qualificada, fundamentada nos Princípios do Código de Ética Profissional.

Visado a ter um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos programas e políticas sociais, atuando de forma democrática, bem como sua gestão democrática. (ALMEIDA, 2000, p.26)

O que se espera da escola, assim como os demais setores da sociedade, é que ela venha desempenhar um papel político, desenvolvendo assim, o senso crítico, precisando ter uma relação não só com a realidade deste aluno, como da comunidade na qual a mesma se encontra inserida. Respeitando assim, a realidade social, econômica e cultural dos membros dessa escola, propiciando a participação da família no processo sócio pedagógico da escola.

A implementação do Serviço Social nas escolas objetiva, assim, o atendimento aos alunos, sua família e a comunidade, onde a escola está inserida. Dessa forma, a inserção do Serviço Social nas escolas, deve fortalecer as ações que tornem a educação como prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Neste sentido:

a atuação profissional deve buscar ampliar o horizonte político pedagógico das abordagens individuais e grupais voltadas para discussões temáticas, muitas vezes limitadas aos processo de valorização e reconhecimento do protagonismo dos sujeitos sociais que atuam na educação escolarizada. (CFESS, 2013. p. 46)

Por este motivo, que se espera da escola quanto do Serviço Social que trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar os indivíduos de se tornarem conscientes e sujeitos de sua própria história.

Para Martins (1999) são estes um dos objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional:

contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 1999, p.60)

Por este motivo, que se vê a importância da atuação profissional do Serviço Social, inserido no âmbito escolar, podendo assim, contribuir com a realização de diagnósticos sociais, objetivando saná-los ou atenuá-los. Infelizmente é possível identificar ainda um número pequeno e até tímido de profissionais do Serviço Social atuando, sendo este campo importante para a atuação profissional.

A atuação dos/as assistentes sociais adquire, assim, uma dimensão estratégica no processo de luta pela qualidade da educação, visto que na condição de sujeito coletivo já vem atuando nos processos de luta pelo reconhecimento dessa política como integrante da seguridade social, ampliando o alcance do campo da proteção social no país. (CFESS, 2013, p. 46).

Dessa forma, o profissional de Serviço Social tem como tarefa na área da educação esclarecer e atuar as contradições existentes em nossa realidade social presentes na Política de Educação, buscando assim, lutar pelo direito do acesso e permanência escolar de seus usuários (crianças, adolescentes e jovens) enquanto um direito social, garantido na Constituição de 1988.

O ambiente escolar também é perpassado pelas expressões da questão social que de um modo geral, se expressam como um reflexo das relações sociais estabelecidas no cotidiano dos alunos e de suas famílias, e que estas expressões e reflexos são produtos do sistema capitalista como: as diversas formas e manifestações de preconceitos, a dependência química, a violência, o desemprego, o racismo, a miséria, a precarização das condições de trabalho, etc.

Segundo Abramovay (2002) “há um consenso quanto ao fato de que não apenas a violência física merece atenção. Outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves.”.

Para tanto, torna-se imperativo refletir sobre tais expressões da questão social, levando-se em consideração não só o sujeito na sua individualidade, mas as relações familiares, na comunidade onde se insere, dentre outras questões. De acordo com a afirmação dos autores Priotto e Boneti (2008, p. 4) “o caráter multifacetado da violência no ambiente escolar impõe uma série de desafios no que tange a identificar os tipos de violência gerados nas escolas”.

Devido à complexidade e inter-relação entre diversas variáveis, em diversos setores da sociedade têm exigido respostas que demandam, necessariamente, da intervenção profissional caracterizada como multiprofissional que acredite na escola enquanto um local privilegiado de combate à violência, adotando estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres da comunidade (família e escola) que ela trabalha, acreditando na superação desses sujeitos.

Dessa forma, Miotto (2010) afirma que a família constitui-se em um espaço complexo que se constrói e reconstrói historicamente através das relações estabelecidas entre seus membros em si e deles com outras esferas

da sociedade como o Estado, o mercado, o trabalho, entre outros. A autora também aponta a família não apenas como uma construção privada, mas também pública, possuindo uma função importante na estruturação da sociedade nas dimensões políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, diante do contexto imprimido pela sociedade cujo sistema de produção é o capitalista, a família é uma das estruturas perpassadas pelas expressões da questão social.

Partindo do que já foi dito anteriormente, devemos entender a família enquanto uma estrutura pertencente a essa sociedade, e assim, sujeita a receber todos os impactos do conflito entre capital e trabalho. Desse modo, quando pensamos na violência enquanto uma das refrações da questão social que afetam diretamente a vida familiar e escolar, o Serviço Social é chamado a refletir sobre a intervenção profissional.

O assistente social tem a possibilidade, com uma leitura crítica da realidade, de analisar as demandas que a violência traz para além de fenômenos isolados ou individuais de alunos ou professores problemáticos, mas como casos que resultam de questões mais profundas. As relações estabelecidas no âmbito familiar e no escolar influenciam-se mutuamente. O profissional deve levar em conta os diversos tipos de prática da violência que não se manifestam apenas fisicamente, como a verbal, a emocional, de gênero, racial, etc.

Para a realização do presente trabalho tivemos a contribuição de informações cedidas pela assistente social que trabalha em uma escola pública da cidade de Juiz de Fora, que compõe o quadro de campos de estágio vinculados a Faculdade de Serviço Social da UFJF. Durante uma breve discussão acerca da temática da violência nas escolas, foi relatado um caso envolvendo um dos alunos da instituição. O aluno em questão apresentava um comportamento extremamente agressivo em relação aos colegas e professores. A profissional colocou que, para executar sua intervenção, optou por uma abordagem mais informal junto ao aluno, que durante uma conversa na quadra esportiva da escola, expôs uma situação de violência doméstica praticada pelo pai em relação a sua mãe. O pai não agredia a mãe na frente do

menino, mas ele sabia que isso acontecia. Esse fato causava um impacto na forma como a criança estabelecia suas relações com os colegas e os professores. Dessa forma, podemos apreender como as relações no âmbito familiar podem influenciar o escolar.

A família é uma das primeiras referências dos sujeitos. Portanto, trabalhos desenvolvidos com vistas ao combate da violência nas escolas devem contar com o apoio e participação das famílias. O Serviço Social, enquanto profissão, além dos serviços de atendimentos às demandas de alunos, professores e familiares, pode contribuir com a organização e mobilização da escola e das famílias em defesa de um projeto de educação de qualidade e da efetivação de direitos. O olhar diferenciado da profissional de Serviço Social sobre as reais necessidades dos sujeitos sociais que se encontram inseridos no universo de trabalho foi fundamental para uma intervenção, além do mau comportamento, chegando a real causa do mesmo. O caso foi levado às instâncias escolares que teve como desfecho o afastamento do pai do convívio com a mãe e o aluno na mesma residência.

## **Conclusão**

Portanto a violência escolar pode ser entendida como uma construção social, que se dá em meio a interações entre sujeitos no espaço escolar. Enfatizando a probabilidade da violência como um processo social que compreende tanto relações externas como internas, e institucionais, em particular no que tange as relações sociais entre sujeitos diversos.

O quadro da violência enquanto um fenômeno social nas escolas possui agravantes que devem ser analisados, como a criminalização da pobreza e a estigmatização. Tais elementos têm reforçado a adoção de medidas coercitivas e discriminatórias, inclusive no interior das instituições educacionais. Dessa forma, podemos perceber como essas lógicas têm adentrado e se enraizado nas diversas esferas da sociedade. O capital estigmatiza e criminaliza um determinado grupo de sujeitos com idade, cor e classe social muito bem

definidas: jovens negros e pobres.

Brisola (2012) aponta que:

Desta maneira, o estigma é de que, por sua condição social e étnica, estão predispostos a se tornarem ameaçadores. Para o público, aparecem como ameaças e para a reprodução do capital poderão ser utilizados para desfocar o debate e discussões sobre o direito, sobre a cidadania, sobre a proteção social. (BRISOLA, 2012, p. 137)

A autora também vai apontar que a mídia tem um papel central nesse processo, desencadeando o crescimento de uma campanha de verdadeira “caça” a jovens pobres que cometem delitos e dando uma visibilidade exacerbada às estatísticas da violência. Isso provoca um sentimento geral de medo e uma perspectiva que culpabiliza esses sujeitos. Nesse sentido, ela destaca que tal situação culmina na defesa de argumentos como o da redução da maioria penal, com o objetivo de alcançar esse grupo específico.

A percepção do fenômeno das violências nas escolas resulta das histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores que convivem no ambiente escolar e das relações que estabelecem entre si. Nessa medida, as violências são percebidas como um fenômeno corriqueiro no cotidiano daqueles que já vivenciaram situações ligadas a roubos, ameaças, assalto, discriminação, vandalismo, atitudes autoritárias, brigas etc. conceito de violência, fenômeno esse presente em todas as sociedades. É um fenômeno inerente à vida humana que permeia historicamente a vida social e só podem ser explicadas a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais.

No contexto escolar, faz-se necessário refletir sobre os processos de criminalização da pobreza e estigmatização no que tange ao direito do aluno negro e pobre a educação. Ao adentrarem na escola, tais lógicas afetam esse direito e toda a trajetória do aluno na instituição devido a medidas opressivas e discriminatórias que acabam por afastar, em muitos casos, esses jovens das salas de aula. É preciso considerar os fatores externos e internos que

aparecem à instituição de ensino, pois, não se pode pensar em uma escola isolada da comunidade. Por que dentro das escolas que as mais variadas expressões da questão social, sendo uma delas a violência nas escolas, podendo a escola conforme, Abramovay (2002) discriminar, marginalizar o indivíduo formal ou informalmente nos seus direitos de cidadania excluindo-o no seu acesso às oportunidades de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização.

O assistente social, enquanto um profissional que atua na perspectiva de defesa de direitos é desafiado a posicionar-se e executar uma intervenção que vise à integração social do grupo alvo e o combate à criminalização da pobreza, compreendendo a escola como um espaço de desenvolvimento da cidadania e de relações mais igualitárias.

#### **Referências Bibliográficas:**

ABRAMOVAY, Miriam. **O bê-a-bá da intolerância e da discriminação.** Brasília, DF: Unicef, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação.** In: Caderno Especial, nº 26. S/d.

\_\_\_\_\_. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais.** In: O Serviço Social e a Política de Educação. 2005

BARROS, Jéssica Cristina; BALBINO. Selmara de Castro; SOARES. Tarciliane Paula Guerra Silva. **Relatório de Estagio I. Colégio de Aplicação João XXIII.** Juiz de Fora. Set/2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação,** Lei 10172/2002

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social**. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012

BÜLL, Thalita Giovanna. **Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social**. SER Social, Brasília, v. 13, n. 29, p. 65-89, jul./dez. 2011.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Set 2013.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

**Histórico do colégio de Aplicação João XXIII**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/joaoxxiii/>> Acesso em: 03 de agosto de 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Novas perspectivas do espaço profissional**. In: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Novas perspectivas do espaço profissional**. In: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Políticas educacionais e contribuições para o Serviço Social**. Revista Conexões Geraes/ Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v. 3, n.5 (2014). Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

MÉSZÁROS, Istvan. **Educação Para além do capital**. Boitempo; Campinas (SP): 2002.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. SERV. SOC. REV., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010

PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e Educação**. Lúmen Júris. 3ª edição. 2012.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. **Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009

SILVA, Fernanda Maria; BARBOSA; Marina Andretta; UYTDENBROEK, Xavier. **A função Social da Escola na educação de jovens e adultos, escola pra que te querem?**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia**. In: GENTILI, Pablo.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.